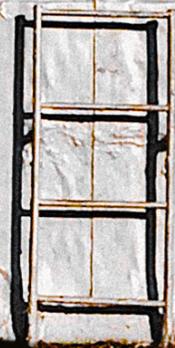
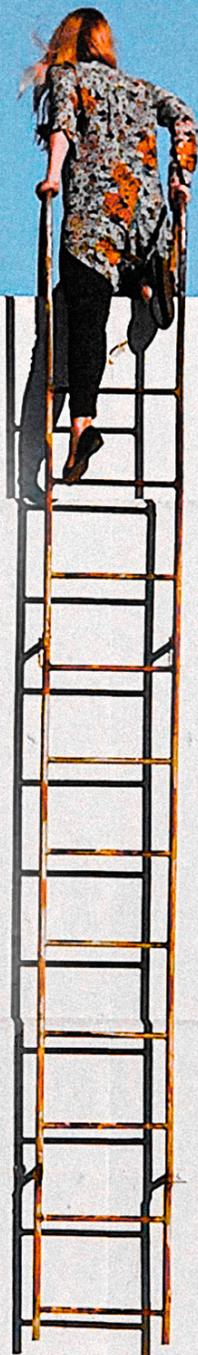


GEOGRAFIA POLÍTICA

Base Conceitual e Diversidade Temática

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira



caliandra

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Geografia Política:
Base Conceitual e
Diversidade Temática



BRASÍLIA - 2023

O conjunto que compõe este livro constitui um painel bastante amplo e consistente de questões que ocupam a agenda contemporânea da geografia política. A iniciativa é muito bem-vinda, permite ao leitor criar vínculos e conexões que não foram necessariamente previstos nos textos individualmente, mas que podem ser estabelecidos ao acaso das preocupações que guiam a leitura. Sua vocação é a de transformar-se em uma referência para todos aqueles interessados por essa área de estudo da geografia.

Paulo Cesar da Costa Gomes – Professor Titular do
Departamento de Geografia da UFRJ

Passadas pouco mais de três décadas desde o fim da Guerra Fria e da rigidez bipolar, ainda permanecem muitas incertezas acerca da natureza da assim chamada nova ordem contemporânea. O fato é que, atualmente, ainda não há um paradigma ou concepção teórica que explique, claramente, sua ontologia, diferentemente do que ocorria no âmbito da confrontação Leste-Oeste. Assim, neste complexo cenário em que os destinos de seus atores se entrelaçam num contexto favorável a conexões da mais variada ordem, essa obra organizada pelos professores Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira, aporta relevante contribuição ao campo de estudo ao oferecer interpretações sobre a realidade mundial, reflexo das muitas incertezas que ainda permeiam os debates acerca da natureza de uma arquitetura internacional de poder notadamente assimétrica e desafiadora.

Fábio Albergaria Queiroz – Professor Adjunto
na Escola Superior de Defesa

A transmissão acadêmica de uma disciplina deve fazer-se mediante livros que abordem suas distintas temáticas. Na Geografia Política renovada isto é mais necessário, pois muitas vezes não conhecemos as possibilidades e os limites disciplinares que apresenta na atualidade. Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira assumiram o desafio. Ademais, fizeram-no com uma decisão de enorme inteligência. O corpus da Geografia Política é elaborado a partir de autores e universidades do Brasil, e, conta, também, com autores estrangeiros, enriquecendo o resultado de um livro muito atrativo. Um livro concebido desde o Brasil, mas com vocação de tornar-se global.

Rubén C. Lois González
Vice-Presidente da União Geográfica Internacional (UGI)

Organizadores: Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Título: Geografia Política: Base Conceitual e Diversidade Temática

Volume: 1
Local: Brasília
Editor: Selo Caliandra
Ano: 2023

Equipe Técnica
Parecerista: Jackson Batista Bitencourt
Capa: Luiz H S Cella
Diagramação: Luiz H S Cella

Elaboração e informações
Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, Bloco B, Mezanino, CEP: 70.910-900 - Asa Norte, Brasília, DF
Contato: (61) 3107-7371
Site: caliandra.ich.unb.br
E-mail: caliandra@unb.br



Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International
(CC BY-NC-ND 4.0)

A total responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra pertence ao autor.



Conselho Editorial

Membros internos:

Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (HIS/UnB) Presidente

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)

Profª Drª Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)

Profª. Drª. Ruth Elias de Paula Laranja (GEA/UnB)

Membros externos:

Profª Drª Ângela Santana do Amaral (UFPE)

Profª Drª Joana Maria Pedro (UFSC)

Profª Drª Marine Pereira (UFABC)

Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)

Membro internacionais:

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de Olavide - Espanha)

Profª Drª Ilía Alvarado-Sizzo (Universidad Autonoma de México)

Profª Drª Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)

Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

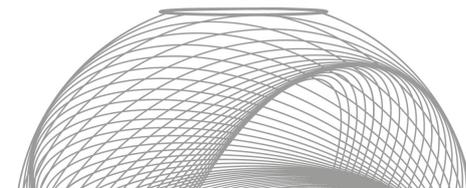
G345 Geografia política [recurso eletrônico] : base conceitual e diversidade temática / org: Daniel A. de Azevedo, Ricardo Nogueira. - Brasília : Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2023.
447 p. : il.

Inclui bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web:
<<http://caliandra.ich.unb.br/>>.
ISBN 978-85-93776-04-5.

1. Geografia política. I. Azevedo, Daniel A. de (org.). II. Nogueira, Ricardo (org.).

CDU 911.3:32

GRUPOS DE PESQUISA ENVOLVIDOS NA OBRA



GEPEDEM

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA
EM ESPAÇO E DEMOCRACIA

ÍNDICE

Prefácio.....	12
----------------------	-----------

Aldomar A. Rückert (UFRGS)

Introdução - O Campo da Geografia Política Contemporânea.....	13
--	-----------

Daniel A. de Azevedo (UnB) e Ricardo Nogueira (UFAM)

I. BASE CONCEITUAL

Capítulo 01 - Trazendo o Estado de Volta.....	30
--	-----------

Iná Elias de Castro (UFRJ)

Capítulo 02 - Nação e Nacionalismo: as Faces de um Conceito.....	46
---	-----------

Ricardo José Batista Nogueira (UFAM)

Capítulo 03 - Fronteiras: Rejeição, Apego, Obsessão.....	66
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Tradução de Ricardo Nogueira (UFAM)

Capítulo 04 - Persistência e Mudança das Fronteiras no Mundo Atual: dialogando com Michel Foucher.....	75
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Comentário de Wanderley Messias da Costa (USP)

Capítulo 05 - Regionalizações do Mundo e Integração Macrorregional: por um Aumento da Generalidade Geográfica	89
--	-----------

Nora Mareï (Université Paris 1) e Yann Richard (Université Paris 1)

Tradução de Camilo Pereira Carneiro (UFG) e Eduarda Pereira Santos (UFG)

Capítulo 06 - A Paisagem na Geografia Política: da Morfologia à Paisagem como Recurso...111	
--	--

Dirceu Cadena (UFC) e Rafael Winter Ribeiro (UFRJ)

II. DIVERSIDADE TEMÁTICA

Capítulo 07 - Do "Sul Global" ao "Meridionalismo": a Conscientização Geopolítica dos “Povos Sem História”.....130

André Roberto Martin (USP) e Izan Reis de Araújo (USP)

Capítulo 08 - A Espacialidade da Democracia: Entre Espaços Políticos e a Geografia

Eleitoral.....147

Daniel A. de Azevedo (UnB)

Capítulo 09 - Abordagens da Geopolítica Ambiental na Contemporaneidade: as Escalas das

Ações em um Contexto de Emergência.....174

Luís Paulo Batista da Silva (UFBA)

Capítulo 10 - Políticas Públicas e Geografia: dos Modelos Político-Institucionais para o

Problema da Interação Sociedade-Estado-Espaço.....195

Juliana Nunes Rodrigues (UFF) e Guilherme Félix Machado Filho (PPGG/UFRJ)

Capítulo 11 - Geopolítica e Circulação: Eixos e Articulações Macrorregionais Sul-

Americanos215

Hervé Théry (CNRS/USP) e Thiago Oliveira Neto (UFAM/USP)

Capítulo 12 - Instituição e Justiça Territorial como Possibilidade de Análise na Agenda da

Geografia Política.....230

Antonio Angelo Martins da Fonseca (UFBA)

Capítulo 13 - Regionalização como Gestão do Território: pelo Retorno da

Funcionalidade.....254

José Donizete Cazzolato (Centro de Estudos da Metrópole)

Capítulo 14 - Geografia Política e Ensino: Contribuições para a Construção de um

Conhecimento Geográfico Escolar Poderoso.....278

Rejane Rodrigues (PUC-Rio) e Marcelo Alonso Moraes (Colégio Pedro II/Escola Alemã Corcovado)

III. HOT SPOTS

Capítulo 15 - Antártica: a Ciência como Instrumento Geopolítico.....	298
<i>Paulo E.A.S. Câmara (UnB/ESD) e Leonardo F. Mattos (Escola de Guerra Naval)</i>	
Capítulo 16 - Ásia: Geopolítica, Política Externa e a Projeção do Brasil em Direção à Ásia.....	313
<i>Pablo Ibañez (UFRRJ) e Gustavo Westmann (Diplomata brasileiro)</i>	
Capítulo 17 - Europa: Retomando o Controle? A Lição do Brexit para a Geopolítica Clássica.....	335
<i>John Agnew (Universidade da Califórnia em Los Angeles)</i>	
Capítulo 18 - Estados Unidos: a Geografia Política da Urbanização Americana e Por Que Ela é Diferente.....	347
<i>Kevin Cox (The Ohio State University)</i>	
Capítulo 19 - África: Os Conflitos na África Subsaariana: Territórios, Redes e Escalas da Conflitualidade no Sahel Central.....	368
<i>Frédéric Monié (UFRJ) e José Guambe (Universidade Pedagógica de Maputo/Moçambique)</i>	
Capítulo 20 - América Latina: Geografia Política das Crises Presidenciais na América Latina: Estabilidade Institucional, Viés Ideológico e Padrões Territoriais.....	396
<i>Christian Fernando Scaramella (Universidad de Buenos Aires/FLACSO)</i>	
Capítulo 21 - As Guianas: Labirintos Geopolíticos das Três Guianas nos Processos de Cooperação e Integração Regional.....	416
<i>Gutemberg de Vilhena Silva (UNIFAP), Stéphane Granger (Liceu Melkior Garré – Guiana Francesa), Bruna Brito Bastos (UNIFAP)</i>	
Sobre os Autores.....	438

PARTE II

DIVERSIDADE

TEMÁTICA

GEOPOLÍTICA E CIRCULAÇÃO: EIXOS E ARTICULAÇÕES MACRORREGIONAIS SUL-AMERICANOS

Hervé Théry

CNRS/Universidade de São Paulo

hthery@aol.com

Thiago Oliveira Neto

Universidade Federal do Amazonas/Universidade de São Paulo

thiagoton91@live.com

Introdução

Um dos temas clássicos e que ainda é atual dentro dos estudos de Geografia é a circulação e os transportes, com manifestações espaciais em diversas escalas e presente no cotidiano social e político ao longo da história. Interpretada, em geral, como elemento central para o domínio territorial a partir do controle dos fluxos, apresentando, ainda, o sentido de integração econômica dos territórios, a geopolítica dos transportes está presente nas redes de circulação deslocando pessoas, mercadorias, pensamentos, sentimentos e valores.

A necessidade de se fazer um resgate ou uma valorização da discussão sobre circulação na Geografia, em especial na Geografia Política, parte da riqueza analítica que se encontra e dos múltiplos caminhos que podem ser traçados para compreender as manifestações espaciais existentes. A circulação propriamente dita apresenta uma dimensão espacial constituída por redes, fluxos, nós e transportes. Em uma perspectiva de escala macrorregional Sul-Americana, identificam-se eixos continentais que desempenham papel fundamental de conectar diferentes países e de propiciar fluxos diversos, principalmente de pessoas e de mercadorias ao longo das rodovias, ferrovias e hidrovias utilizadas.

A temática geopolítica sobre a circulação foi abordada neste texto em uma orga-

nização apoiada em três seções: i) busca-se tecer reflexões sobre as características geopolíticas que a circulação e os transportes apresentam, muitas das vezes, ocultas e se fazendo necessário emergir essa discussão; ii) aborda-se as diferentes integrações territoriais que existem no período contemporâneo; iii) por fim, aborda-se que na América do Sul há eixos macrorregionais de circulação que são prioritários na região, mesmo após a descontinuação das agendas internacionais de carteira de projetos, assumindo a característica de projetos isolados e com características geopolíticas e também geoeconômicas.

Geopolítica e circulação

Enquanto enfoque de análise e de compreensão das relações de poder no território, a circulação apresenta manifestações das mais diversas ordens e lugares, fazendo-se presente na relação poder e território. Principalmente se o ponto de partida tangenciar a organização espacial partindo da circulação e transportes, a rigor, as principais estruturas territoriais de um país que propiciam uma coesão interna estão alicerçadas nos eixos de circulação, ou seja, pela presença de sistemas de engenharias diversos como rodovias, portos, ferrovias, aeroportos, infovias e antenas de telecomunicação, e também pela fluidez de pessoas, mercadorias e informações entre os lugares. A visão clássica de circulação se fez presente em Friedrich Ratzel quando destacou o seu papel proeminente por parte do Estado para melhor prover e organizar o território por meio das vias de circulação.

A circulação apresenta diversas manifestações e, como destacou Camille Vallaux, nem sempre vão estar associadas às dinâmicas econômicas, mas à dimensão política que esta carrega, afirmando que a construção de infraestruturas de circulação não está necessariamente voltada a atender demandas econômicas, podendo, por sua vez, atender objetivos geopolíticos do Estado. O mesmo autor ainda avança na discussão quando destaca que não somente circulam pelo território pessoas e mercadorias, mas também circulam pensamentos, ideias e valores.

Essa dimensão política não aparece isolada da dimensão econômica dos transportes, pois uma diversidade de infraestruturas e eixos construídos com fins geopolíticos de integração, defesa e de conquista territorial, atende aos ditames econômicos por um espaço com mais fluidez, lembrando que uma vez criada os eixos de circulação, seu uso ocorre em diversas escalas como o serviço de transporte de cargas e/ou passageiros.

A circulação apresenta seu sentido geopolítico quando se centraliza no propósito de efetivar e de estabelecer uma estratégia de controle de um dado recorte espacial, visando principalmente atenuar o problema da integração territorial, foco central das principais reflexões geopolíticas clássicas, tendo a circulação como um dos fundamentos geopolíticos do Estado em seu território. Enquanto reflexão, preocupação geopolítica e ação prática, a circulação é compreendida como uma intervenção política no espaço, podendo apresentar duas nuances contemporâneas: i) um conjunto de infraestruturas que formam redes controladas pelo Estado, já que este é responsável pela sua construção, pela normatização, pela fiscalização do que circula pelo

território ou estimulando fluxos em ações voltadas para o seu direcionamento; ii) as infraestruturas e os fluxos com objetos fixos e móveis podem apresentar um controle estabelecido pelas empresas, principalmente com o uso de tecnologias digitais. Essas nuances se fazem presentes, mas é na atuação do Estado que se encontra a principal produção de espaço para a fluidez de maneira geral, com grandes infraestruturas, enquanto a segunda também realiza a materialização de infraestruturas, porém com fins essencialmente econômicos e muitas das vezes de dimensão espacial pontual, como aeroportos, portos, percursos ferroviários entre mina e porto, rodovias com administração privada com ações pontuais de ampliação. A lógica geopolítica se faz presente diferentemente, interessando a atuação que resulta na estruturação de eixos de circulação de escala continental. A rigor, isso significa uma mudança no pensamento geopolítico contemporâneo em comparação com o clássico.

Os eixos de circulação sempre foram pensados pelos geopolíticos clássicos como caminhos capazes de gerar uma coesão interna e o domínio territorial de um dado Estado, contudo, tal apontamento esbarra em mudanças que ocorreram e não necessariamente essa coesão deve ser somente interna, como se o país fosse isolado do sistema-mundo. É necessária a criação de uma rede de fluxos que articulem diferentes mercados e países fronteiriços e não fronteiriços, visando favorecer trocas comerciais, fluidez de informações e de pessoas entre os diferentes lugares, acelerando cada vez mais as trocas comerciais e assegurando dinamismo interno e capacidade de expansão das empresas localizadas nos países. Por outro lado, o estabelecimento de eixos de circulação macrorregionais podem desencadear dois movimentos: a) aumento dos fluxos comerciais e/ou sua canalização pelas infraestruturas construídas; b) infraestruturas prontas e que não conseguiram dinamizar os fluxos pela ausência de estímulos para potencializar os fluxos comerciais, o que não anula a importância da existência de tais infraestruturas, ou seja, a materialização pode ter ocorrido em um dado momento histórico, atendendo determinados preceitos e hoje atende a outros.

A circulação tomada como elemento geopolítico pelos Estados pode receber diferentes significados e ações em diferentes momentos históricos, seja para integrar regiões de um mesmo país, cercar suas fronteiras políticas, isolar determinar porções territoriais, facilitar acesso às tropas, direcionar fluxos migratórios e processos de ocupação. Claro que, no período atual, o sentido de circulação na geopolítica ganha novos significados para além destes. Quando se considera as características políticas e econômicas, os fluxos e o arranjo infraestrutural existentes na América do Sul apresentam o sentido de cooperação e de articulação regional internacional como mola central, objetivando estabelecer caminhos fundamentais para a expansão das atividades econômicas e favorecer as trocas internas à região, relegando a visão clássica de coesão e assumindo uma postura de cooperação entre os países.

Neste contexto, qual é o significado atual da circulação na geopolítica? Podemos partir dos pressupostos já mencionados por Camille Vallaux quando ressaltou que a circulação apresenta seu sentido geopolítico com a movimentação de pessoas, cargas e informações pelo território. Contudo, podemos acrescentar outros elementos que podem ser incluídos e que remetem ao período atual, como a cooperação, a necessidade de estabelecer e de reforçar intercâmbios econômicos, culturais e tecnológicos entre os países fronteiriços. Nesses casos, a circulação é parte fundamental do movimento circulatório do capital em seus mais diversos circuitos espaciais produtivos,

logo, pensar a circulação nas complexas relações existentes, deve-se também levar em considerações outros limites. Outra questão que pode ser destacada é o papel proeminente que a circulação tem de organizar e de reorganizar o território, obviamente que não só a circulação isoladamente, mas a inserção de infraestruturas e os fluxos diversos passam a compor arranjos complexos, processos e dinâmicas.

A segunda questão que se coloca, diz respeito à dimensão geopolítica da circulação no presente e no cotidiano social quando, a circulação, o papel do Estado e a presença de diferentes atores com correlações de poder se fazem presentes nos territórios e em diversas escalas, desde cidades com o transporte coletivo urbano, fluvial, aéreo, marítimo, rodoviário, ferroviário até a transferência e o deslocamento de dados.

Na América do Sul, podemos fazer três principais análises geopolíticas no que condiz ao tema da circulação: i) existem eixos macroestruturais de circulação regional nacionais e internacionais, sendo estes últimos capazes de articular países e diferentes mercados, instituídos em diferentes momentos históricos com o objetivo de fortalecer a integração nacional dos países e posteriormente a cooperação regional; ii) predominância de eixos com ligações nacionais e com características de serem extrovertidos, existindo movimentos diferentes oriundos de vários atores que clamam por uma maior integração territorial por meio das infraestruturas de transportes; iii) existência de duas regiões Amazônicas (Nogueira, 2018) que apresentam ausência de infraestruturas lineares de circulação, sendo configurado em espaços de resistência à circulação em pleno século XXI.

A configuração infraestrutural regional sul-americana está associada às diferentes forças políticas centrípetas e centrífugas com convergências e divergências, impasses e tensões que ora potencializam o movimento de integração infraestrutural ora reduzem tal dinâmica. Apesar disso, Virga e Oliveira Neto (2022) ressaltam que existem manifestações espaciais e políticas voltadas para potencializar a conclusão de infraestruturas físicas, porém em articulações por bloco de dois ou três países, mas não toda uma região, como foi no período de 2000 até 2016, quando existia a Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana-IIRSA, substituída pelo Conselho de Infraestrutura e Planejamento da Unasul-COSIPLAN, estando paralisada desde 2016, com mecanismos criados com fins geopolíticos de potencializar a inserção brasileira e sul-americana no âmbito mundial por meio da cooperação e da integração dos países que fizeram e ainda fazem parte do bloco regional do Mercado Comum do Sul-MERCOSUL.

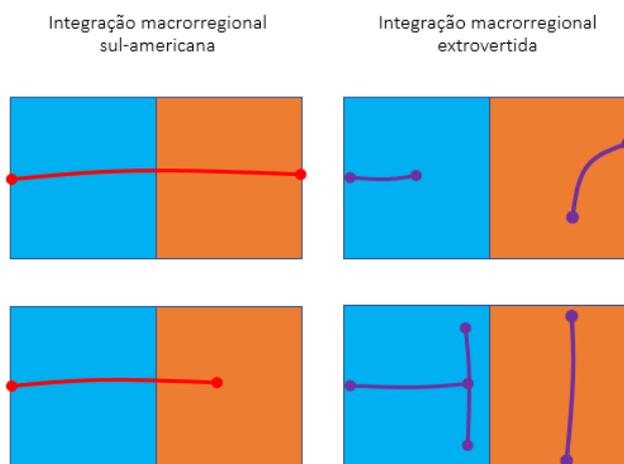
Integração, integrações e as regiões de resistências

A circulação apresenta diferentes escalas e atores envolvidos, assim como diferentes processos de integração territorial e a presença de regiões que apresentam resistência à circulação com a inserção de grandes infraestruturas de transportes. No caso regional sul-americano, temos três importantes movimentos de integração: i) expansão das infraestruturas de circulação nos países e com poucos caminhos terrestres voltados para fortalecer trocas comerciais e culturais, mantendo uma configura-

ção com fluxos extrovertidos herdados de um passado colonial comum aos países; ii) movimentos voltados para estabelecer a integração regional com infraestruturas, ação que se fortaleceu a partir do ano 2000 com a criação da IIRSA e posteriormente denominada de COSIPLAN; iii) crise estabelecida nessas agendas supranacionais (Costa, 2022; Virga; Oliveira Neto, 2022) e uma continuidade de ações voltadas para os eixos de maior densidade e que apresentam vantagens locais para a expansão das frentes de ocupação baseadas em atividades agrícolas.

Com esse panorama, podemos identificar dois modelos de articulação regional: i) integração macrorregional internacional quando apresenta infraestruturas que conectam países; ii) integração por meio eixos macrorregionais situados apenas dentro de um país.

Figura 1. Modelo espacial da configuração de circulação e dos fluxos nos países sul-americanos



Fonte: dos próprios autores.

Esse contexto da integração extrovertida constitui uma primeira rigidez para o estabelecimento de uma coesão para o bloco sul-americano, uma dimensão histórica que apresenta um poder de permanência, seja pelos fluxos comerciais estabelecidos com países de fora do continente ao longo do processo de formação histórico-territorial ou pelas redes infraestruturais estabelecidas.

Contudo, outro aspecto que deve ser mencionado é constituído pela existência de três enormes frações territoriais que denominamos de *regiões de resistência à circulação*, que correspondem a recortes espaciais que não apresentam infraestruturas lineares de circulação como as tradicionais rodovias ou ferrovias, existindo clássicos arranjos como o caso da rede fluvial e infraestruturas pontais, como portos e aeroportos, estes dois últimos possibilitam que essas regiões, principalmente amazônica, apresentem um certo nível de interações espaciais com outros lugares. Portanto, quando mencionado que existe uma resistência à circulação, não consiste numa au-

sência total de meios técnicos capazes de permitir a fluidez. Deve-se destacar que mecanismos foram sendo instituídos para barrar o avanço da expansão das infraestruturas de circulação com a criação de territórios protegidos que constituem em unidades de conservação (principalmente de proteção integral) e terras indígenas. Tais recortes foram sendo instituídos em antigos traçados rodoviários planejados e não executados, ou seja, criou-se uma barreira político-institucional voltada para a proteção ambiental e dos povos originários no caso da Amazônia brasileira. Outro aspecto importante é que se diversos projetos de infraestrutura fossem aplicados cortariam toda a Pan-Amazônia, propostas que foram sendo deixadas de serem prioridades nos países, sendo destinadas ações prioritárias para aqueles eixos que foram construídos e que não apresentavam condições satisfatórias de fluxos, algo fundamental se a proposta é integrar os territórios e propiciar uma fluidez contínua entre os países.

Historicamente, a circulação no continente esbarrou em elementos naturais que simbolizam em momentos históricos resistência para a circulação ou para o seu estabelecimento. Isso ocorreu principalmente pela ausência de recursos financeiros para construção das infraestruturas e/ou pela ausência de técnicas construtivas para transpor a cordilheira dos Andes ou as áreas alagadas da Amazônia. Porém, tais adversidades até então postas como elemento de resistência, foram tornando-se um discurso banal, tendo em vista os projetos que foram sendo construídos como as rodovias Manaus-Porto Velho (operou com fluxos constantes de 1976-1989), Rio Branco-Lima (operação contínua desde 2008). Contudo, identificam-se frações territoriais que não tiveram a inserção de infraestruturas lineares de circulação, em decorrência da ausência de recursos financeiros no passado e pela mudança de planejamento realizado pelo(s) Estado(s), que passou a priorizar as infraestruturas em porções territoriais com maior dinamismo econômico, inserção da temática e da problemática ambiental, além disso, tais áreas passaram a ser prioritárias para a inserção de mosaicos de Unidades de Conservação e de Terras Indígenas, recortes territoriais que assumem o caráter de serem protegidos e que ajudou a barrar a expansão de tais infraestruturas, conforme pontuou Mello (2006; 2012).

Mapa 1. Regiões com “resistência” à circulação sul-americana



Fonte: dos próprios autores.

Apesar da existência de regiões de resistência à circulação com infraestruturas lineares, houve alterações com infraestruturas e fluxos que foram sendo adensados nestas últimas décadas. A principal mudança espacial na circulação sul-americana é comentada por Théry (2005) e Nogueira (2018), quando destacam as diversas intervenções realizadas para fins de articular o continente por meio de infraestruturas, pois uma parte desta região funciona como área de passagem e de estabelecimento de fluxos diversos no sentido Leste-Oeste pelo rio Amazonas, e principalmente no sentido Sul-Norte, por meio das ligações rodoviárias Cuiabá-Porto Velho, Cuiabá-Santarém, Belém-Brasília e Manaus-Caracas. Essa conectividade interna apresenta diferentes graus de fluidez, alguns contínuos e outros sazonais. De todo o modo, identifica-se a presença de outras infraestruturas que indicam para um processo de consolidação e articulam a Amazônia brasileira às demais regiões do Brasil, existindo não somente na Amazônia brasileira esse processo, tendo ainda eixos internacionais como o da ligação Rio Branco-Lima, Manaus-Caracas (ligando o Brasil com o Peru e Venezuela) e eixos internos como Yurimaguas-Tarapoto-Litoral (Peru) e Cuiabá-Santarém (Brasil). Tais eixos consolidados foram responsáveis pelo redesenho da circulação terrestre do âmbito regional.

Os eixos que faziam parte da carteira de investimento da IIRSA/COSIPLAN foram sendo materializados na América do Sul, porém diversas propostas de ligações inter-

nacionais não foram contempladas com recursos financeiros ou ficaram inconclusos. Apesar disso nota-se movimentos isolados voltados para a conclusão de percursos que apresentam dinamismo econômico com novas rotas que podem articular áreas produtivas de grãos com os portos litorâneos, possibilitando ainda acesso à terra agriculturável. Tal movimento de continuidade e de consolidação das infraestruturas de circulação podem ser lidas enquanto atos geopolíticos do período contemporâneo, primeiramente pela integração territorial internacional entre os países, possibilidade de articulação de áreas até então pouco conectadas internamente, transformação de áreas de fronteiras com circulação extrovertida para um arranjo de cooperação com fluidez de cargas, pessoas e informações ao longo dos caminhos terrestres, por outro lado, no âmbito geoeconômico reforça-se a necessidade de deixar os territórios fluidos para atender os ditames da economia contemporânea e os interesses de atores produtivos regionais.

A configuração regional no período atual apresenta um movimento de consolidação da circulação sul-americana, que pode ser lida em dois caminhos: i) existência de eixos de circulação macrorregionais que perpassam mais de um país; ii) movimento de consolidação de eixos macrorregionais de circulação nacional. Em ambos os casos temos diferentes arranjos sendo produzidos.

Eixos macrorregionais sul-americanos

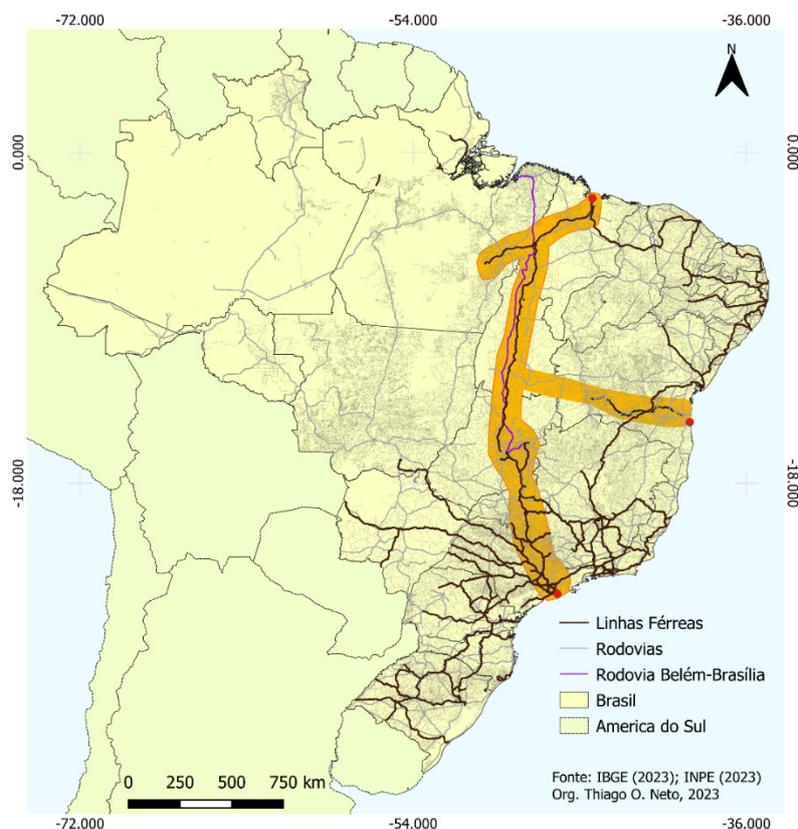
A circulação sul-americana apresenta dois principais arranjos compostos por caminhos terrestres que apresentam um conjunto importante de sistemas de engenharias materializado ao longo das últimas décadas e, assim como os demais, está tendo uma capacidade de condicionar fluxos internamente, formando novos arranjos espaciais, destacando-se o caso brasileiro de consolidação da Estrada de Ferro Norte-Sul e o novo projeto em andamento da ligação rodoviária Campo Grande em direção aos portos chilenos, passando pela Argentina e Paraguai.

O primeiro projeto não é recente, a data de início das obras de construção remonta à década de 1980, quando o Estado brasileiro lançou a pedra fundamental de um novo eixo de circulação nacional apoiado em deslocamentos ferroviários e sendo concluído parcialmente com o oferecimento de deslocamentos de cargas entre as regiões Norte, Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste com articulações intermodais. Esse projeto geopolítico de integração ferroviária articula frações territoriais do país em um movimento de adensamento técnico no território, marcado inicialmente pelas articulações fluviais, rodoviárias e recentemente ferroviárias, em uma lógica extrovertida os portos de Itaquí, Ilhéus (via Ferrovia de Integração Oeste-Leste – FIOLO [EF-334]) e Santos (Fig. 3).

Esse eixo ferroviário constitui na nova espinha dorsal de circulação que acompanha o movimento de consolidação de atividades produtivas e as demandas por fluidez. O percurso ferroviário está situado entre a Amazônia, Centro-Oeste e Sudeste do país, antes interligado pelas rodovias Belém-Brasília e Brasília-Santos passando a ter uma linha ferroviária que acompanha parte do percurso rodoviário com a de-

nominação de Norte-Sul, compondo um importante eixo estruturante da circulação interiorana do país.

Mapa 2 – Eixo ferroviário brasileiro

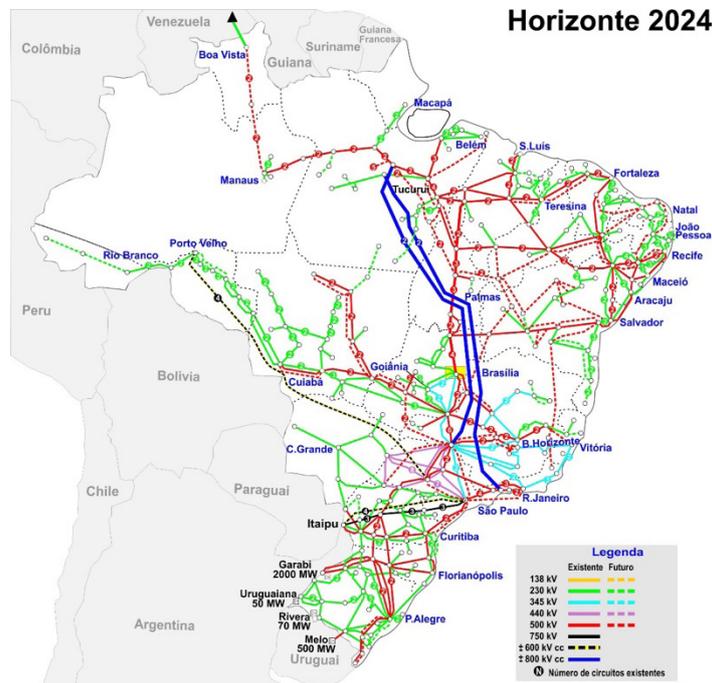


Fonte: dos próprios autores.

Uma das características desses eixos ferroviários mencionados é que estão montados em frações territoriais que apresentam dinamismo econômico fortemente articulados com as dinâmicas extrovertidas ao território, com circuitos espaciais produtivos iniciados no país e concluídos em outros, como o caso da produção de grãos e de minérios. Mas, enquanto eixos, devemos mencionar que estes carregam consigo a capacidade de condicionar processos associados à circulação com articulação de portos fluviais, reproduzindo um velho sentido geopolítico atribuído às ligações rodoviárias litorâneas, que era manter a circulação terrestre em caso de bloqueio marítimo da costa em período de conflito mas, no período atual, este sentido recebe novos significados geopolíticos, tendo em vista as transformações que ocorreram desde a mudança da capital federal, constituindo em um percurso central que canaliza linhas de transmissão de energia, projetos de linhas de *pipelines*, rodovias (Figuras 2 e 3), atividades produtivas e uma rede urbana integrada fisicamente. O novo eixo dinâmico do país é constituído pelo corredor Norte-Sul, centralizando cada vez mais fluxos e

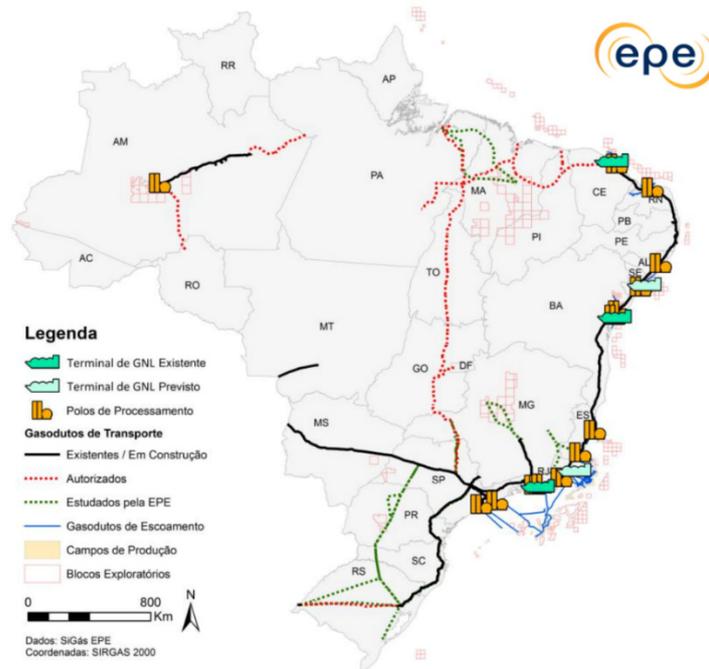
informações distantes do litoral, mas conectando-o com este.

Figura 2 – Rede nacional existente e projetada de pipelines. Fonte: (EPE, 2022).



Fonte: EPE, 2022

Figura 3 – Rede elétrica nacional



Fonte: EPE, 2022

As figuras anteriores representam a principal e nova espinha dorsal de circulação do Brasil, com ligações infraestruturais em rede que articulam diferentes lugares e possibilitam uma fluidez densa, diversa e ampla de pessoas, cargas e informações pelo território, interligando as regiões políticas do país, reconfigurando espacialmente a fluidez, reorganizando o território para tal, reforçando a integração do território pelas infraestruturas fixadas, além de integrá-lo ao mercado global.

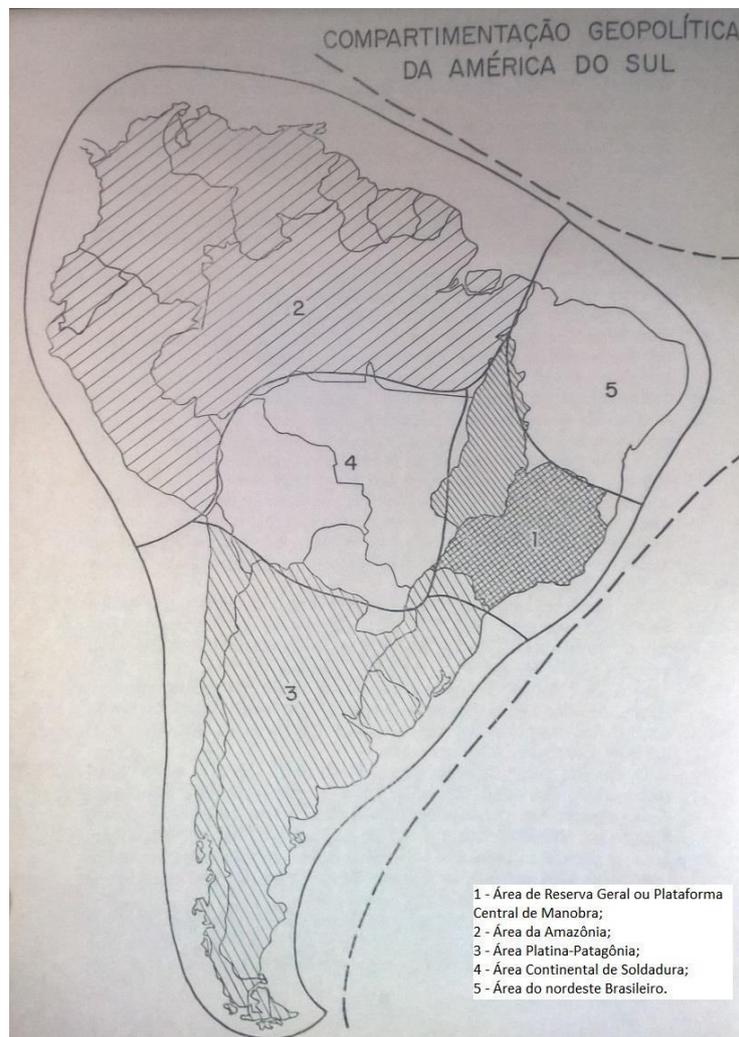
O Brasil apresenta ainda mais dois eixos de articulação regional que envolvem os percursos Cuiabá-Santarém e Porto Velho-Manaus. Tais caminhos possuem uma densidade de fluxos com circulação rodofluvial que tende adensar cada vez mais, seja pela dinâmica local ou nacional de produção e de consolidação das infraestruturas que deixam o território mais fluido, nesse caso, o território amazônico.

No período atual, o Brasil possui um eixo central de circulação multimodal, interligado com outros percursos nacionais e internacionais, como é o caso do projeto de consolidação das rodovias que interligam o Brasil, Paraguai, Argentina e Chile. Ambos os projetos articulam o que se denomina de “zona soldadura continental”, uma região geopolítica estabelecida pelo General Golbery do Couto e Silva e que representava uma área *core* que deveria receber atenção por parte do Estado brasileiro, pois tal região possibilitaria articular toda a América do Sul, integrando-a pelas vias de transportes como foi o caso da proposta de Mário Travassos.

O projeto de consolidação da ligação Brasil-Chile, em andamento nos últimos anos, representa um movimento de continuidade do processo de integração infraestrutural, apesar do declínio da IIRSA/COSIPLAN. Salienta-se que essa continuidade ocorre, já que, como afirmaram Virga e Oliveira Neto (2022), a necessidade de ter territórios mais fluidos é contínua, tendo para este caso específico da ligação internacional a possibilidade de expansão e a consolidação de atividades produtivas associadas aos cultivos de grãos, sendo esta uma das dimensões geopolíticas do período atual. A zona de soldadura continental (Fig. 7) não apresenta somente eixos de circulação, também apresenta atividades produtivas e dinâmicas econômicas que reforçam ainda mais a proposta de “amarração” territorial entre os países fronteiriços.

A amarração territorial apresenta diferentes leituras que podem ser realizadas no caso sul-americano. A primeira delas corresponde à necessidade de maior cooperação entre os países, com o fortalecimento das redes físicas de circulação; uma segunda leitura consiste em articular esses países à “órbita” econômica do Brasil, em uma visão clássica de geopolítica; em terceiro, podemos salientar que existe uma forte demanda interna e externa voltada para deixar os territórios mais fluidos para atender a interesses econômicos; por fim, podemos identificar que a potencialização da circulação pode impulsionar trocas culturais (pensamentos, como apontava Vallaux) entre diferentes povos, principalmente nas sociedades fronteiriças.

Figura 4. Regionalização geopolítica de Golbery do Couto e Silva para a América do Sul.



Fonte: Couto e Silva, 1967.

Os dois projetos mencionados anteriormente condicionam diferentes movimentos de povoamento nos territórios. O primeiro, constituído pela linha férrea Norte-Sul, representa uma consolidação marcada pela expansão de frentes pioneiras durante as décadas de 1960 e 1970, momento de inserção de políticas rodoviárias para fins de integração do país e que no período atual apresenta forte dinamismo econômico produtivo, enquanto o segundo eixo mencionado corresponde à consolidação de uma rota de circulação que está associada à expansão e consolidação de frentes pioneiras de ocupação do território baseadas em atividades agrícolas de produção de grãos no Norte da Argentina e Paraguai.

O dinamismo de frentes pioneiras está diretamente articulado à circulação. Os processos de ocupação e de estabelecimento de coesão no território, indução de processos de migração ou de expansão das atividades econômicas se fazem com a presença de diferentes caminhos que possibilitam a circulação e fluidez. Entende-se por frente pioneira o movimento de ocupação com deslocamento de levas de migran-

tes, baseado na expansão das atividades econômicas e infraestruturas, estes, de maneira conjunta, alteram a estrutura territorial de uma dada região ou país, podendo repercutir na perda de cobertura florestal e na mudança no uso e cobertura do solo.

Considerações Finais

A circulação continua sendo um dos pontos importantes de reflexão, de análise e de intervenção nos territórios, afinal está em toda a parte por meio das relações sociais e pelas diferentes relações de poder que se fazem presentes em diferentes escalas de manifestações. Os clássicos como Vallaux já assinalavam que a circulação apresenta uma complexidade apoiada nos movimentos que ocorrem de pessoas, mercadorias e informações. Gottmann apontou a existência da circulação e de espaços de resistência à circulação. Com base nestes clássicos podemos pontuar duas vertentes: a) a circulação precisa ser retrabalhada no âmbito da Geografia e, principalmente, pela Geografia Política, pois as dinâmicas continuam em movimento e não existe somente na dimensão econômica, existe uma dimensão geopolítica da circulação como assinalaram os clássicos; b) a circulação possibilita analisar em diferentes escalas as transformações espaciais, e como recorte espacial, optou-se por discorrer análises numa escala macrorregional, como foi apresentado anteriormente.

Na escala macrorregional sul-americana foram identificadas: i) a existência de regiões de resistência à circulação; ii) a mudança cada vez mais acentuada que coloca a Amazônia como centro do continente com a convergência de fluxos em direção à Bacia Amazônica; iii) a continuidade do processo de consolidação das infraestruturas de circulação no Brasil com a Estrada de Ferro Norte-Sul e a rodovia Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, ambas as infraestruturas articulam o que se denominou de “zona de soldadura continental”, além disso, criou-se no Brasil um importante eixo de estruturação da fluidez contemporânea que articula portos e os territórios adentro do país (Centro-Oeste).

A segunda década do século XXI é marcada pelo enfraquecimento das agendas voltadas para a cooperação e para a consolidação das infraestruturas de circulação no continente sul-americano. Apesar dos avanços protagonizados pela IIRSA/COSIPLAN, diversos caminhos propostos a mais de uma década não foram consolidados plenamente como as ligações: Macapá-Boa Vista por meio da rodovia Transguianense; Guayamerín-La Paz; Brasil-Chile; dragagem dos rios amazônicos no Peru entre as cidades de Yurimaguas-Iquitos; rodovia Cruzeiro do Sul-Pucallpa. As mudanças políticas que ocorreram nos países e as crises econômicas abalaram o movimento contínuo do processo de integração física regional, mas devemos salientar que a necessidade de deixar cada vez mais fluidos os territórios continua, independente das mudanças ideológicas dos governos e das crises do modo de produção vigente. Por isso, apesar da paralisação das agendas internacionais centralizadas pelo COSIPLAN, identificam-se manifestações isoladas e em conjunto de Estados para fins de consolidar caminhos que vão favorecer a circulação, principalmente de mercadorias entre os países.

O que temos no continente sul-americano é um conjunto de infraestruturas que canalizam fluxos entre os países e outras que reforçam a integração e a circulação entre áreas produtoras até os portos, direcionamentos extrovertidos de fluxos que foram oriundos de processos históricos de formação dos países.

No período atual, a circulação ganha novos significados e novas formas, pois além das redes clássicas e que pontuamos no decorrer desse texto, existem outras que desempenham papéis importantes na integração e na circulação de pensamentos e na difusão de dados entre os lugares. As novas infraestruturas se fazem presentes como as infovias e novas técnicas de transmissão de milhares de dados em dispositivos fixos e móveis, correspondendo as outras faces da circulação, reorganizando territórios, mercado de trabalho e na gestão do território.

Devemos destacar que os eixos de circulação, não isoladamente, possuem uma capacidade de condicionar processos e dinâmicas de ocupação dos territórios, mantendo uma fluidez que é cada vez mais rápida e não apoiada somente em um tipo específico de infraestrutura, e que novas mudanças espaciais vão ocorrer no Brasil e na América do Sul com o redesenho dos eixos de circulação macrorregionais.

Por fim, devemos lembrar que na década de 1980, o debate realizado foi referente à necessidade do resgate das análises geopolíticas na Geografia. Passadas várias décadas, podemos destacar a necessidade de realizar um resgate dos temas circulação e transportes no âmbito da Geografia e da Geografia Política, tendo em vista que as mudanças contemporâneas que ocorrem nas regiões, nos países e no mundo são no âmbito da circulação e dos transportes, reorganizando e transformando territórios com uma fluidez cada vez mais instantânea, segura e contínua, acirrando disputas, criando novas tensões e novos arranjos espaciais.

Referências

COSTA, W. M. Da América do Sul: a integração estagnou na escala continental, se mantém nas fronteiras e reconfigura a core area do MERCOSUL. In: COSTA, W. M.; GARCIA, T. S. L. (org.). **América do Sul: geopolítica, arranjos regionais e relações internacionais**. São Paulo: Edições FFLCH/USP, 2022, p. 14-45.

EPE. **Empresa de Pesquisa Energética**. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt> Acesso em: 11 de nov. de 2022.

IBGE. **Regiões de influência das cidades: 2018**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

GOTTMANN, J. **La Politique des Etats et leur géographie**. Paris, Armand Colin, 1952.

NOGUEIRA, R. J. Sociedades fronteiriças: nas margens da integração sul-americana. In: RÜCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs.). **Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas**.

Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 40-50.

RATZEL, F. **Géographie Politique**. Paris: Éditions Economica, 1988.

SILVA, G. C. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967.

THERY, H. Situação da Amazônia no Brasil e no continente Sul-Americano. **Revista Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 37-49, 2005.

VALLAUX, C. **El estado y el suelo**. Madrid, Daniel Jorro, 1914.

VIRGA, T.; OLIVEIRA NETO, T. IIRSA e COSIPLAN: a integração física regional em perspectiva no período recente. In: COSTA, W. M.; GARCIA, T. S. L. (Org.). **América do Sul: geopolítica, arranjos regionais e relações internacionais**. São Paulo: FFLCH/USP, 2022, p. 139-162.

SOBRE OS AUTORES

André Roberto Martin

Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1977), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1984) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1993). Livre docente em Geografia Política (professor associado) da Universidade de São Paulo, desde 2007. Professor Titular de Geografia do mesmo Departamento desde 2017. Tem experiência nas áreas de Geografia Urbana, Regional e Política com ênfase em Geopolítica. Tem livros e textos publicados sobre Geografia Política, geopolítica e Geografia Regional, enfocando os temas do regionalismo, do federalismo, das fronteiras e da geo-política global.

Antonio Angelo Martins da Fonseca

Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-doutor em Geografia pela Texas A & M University/Estados Unidos e pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA.

Bruna Brito Bastos

Mestra em Estudos de Fronteira, pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Graduada em Relações Internacionais pela UNIFAP. Pesquisadora com ênfase em Ciência Política, Geopolítica e Meio Ambiente. Participa do Grupo Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES - UNIFAP) que conta com colaboradores do Brasil e da França, buscando avaliar a relação entre a implementação de políticas territoriais com formas de se promover o desenvolvimento econômico e social, com especial atenção para a Região das Guianas.

Christian Fernando Scaramella

É geógrafo e professor na Universidad de Buenos Aires (UBA) e na Facultad Latinoamericana de Ciencia Sociales (FLACSO – Argentina). Seu campo de pesquisa está centrada na Geografia Política e electoral, nas ferramentas quantitativas e na geo-computação. Além disso, trabalha como consultor no campo da opinião pública e do comportamento eleitoral.

Daniel A. de Azevedo

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Trabalha com a relação espaço político e democracia, e especial interesse em Geografia Eleitoral. Graduado, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e realizou estágio em doutoramento em Washington D.C. (American University - Centro de Estudos sobre América Latina) e na Cidade do México (UNAM - Departamento de Geografia). Concluiu pós-doutorado na Universidad Nacional Autónoma de México. É fundador e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia (Gepedem) e editor da Revista Espaço e Geografia (UnB).

Dirceu Cadena

Possui graduação em Geografia pela UFPE (2009). Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2012) e Doutor em Geografia pela UFRJ (2017), onde também realizou pós-doutorado no período de 2018-2020. Foi bolsista de Doutorado-Sanduiche na École des hautes études en sciences sociales (2015-2016). Atua como Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). É vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL), atuando na linha de pesquisa de Política da Paisagem e Política do Patrimônio Cultural.

Iná Elias de Castro

Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o GEOPPOL - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território. Tem experiência na área de Geografia Política, desenvolveu estudos sobre o discurso político e o regionalismo na Região Nordeste. Atualmente pesquisa as relações entre o sistema político-institucional e o território, com foco nas escalas políticas e na democracia como problema conceitual e espacial. Nesta perspectiva emergiram as questões relativas ao espaço político e as diferentes formas que ele assume na

relação entre a política e a ordem espacial, o que tem estimulado aprofundamento teórico conceitual e também empírico sobre esses espaços políticos.

Izan Reis de Araújo

Mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2017). Professor de Geografia. Atualmente é Co-Founder e CEO do International Institute for Geopolitics & Strategic Intelligence (IIGSI, USA). É Chairman do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI) criado em 2004. Editor Adjunto da Revista *Intellector*. É membro do Laboratório de Geografia Política- GEO-PO/USP. Tem experiência na área de Geografia Humana e Relações Internacionais com ênfase em geopolítica. Seus temas de interesse são: Ciber Security, Climate Change, Supply Chain, Análise dos Sistemas-Mundo, Defesa Nacional e inteligência Geoespacial. As suas pesquisas estão voltadas nas seguintes regiões: Movimentos Antissistêmicos na América Latina, África e Eurasia.

Frédéric Monié

Geógrafo formado pela Universidade de Toulouse II (França) e Doutor em Geografia pela Universidade de Paris III Sorbonne Nouvelle (França). Atualmente professor do departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor visitante da Universidade Pedagógica de Maputo (UPM-Moçambique). Coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e editor chefe do Boletim GeoÁfrica.

Guilherme Félix Machado Filho

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com experiência em pesquisa desde o Ensino Médio (CAp-UERJ/ICJr), bacharel e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), complementação pedagógica pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e integrante do grupo de pesquisas GEOPPOL (Grupo de Pesquisa sobre Política e Território), que atua na área relacionada à Geografia Política e ciência política, principalmente sobre temas relacionados à manifestações, movimentos sociais, relação sociedade e Estado e espaço político.

Gustavo Westmann

Graduado em direito e em relações internacionais, é mestre por Berkeley e doutor em política externa pela Jindal Global University, Índia. É autor do livro “Novos Olhares sobre a política Externa Brasileira”, e diretor dos documentários “Brasil, País do Presente” e “Via Sacra da Rocinha: Arte e Resistência na Favela”. Já foi Chefe dos Setores Econômico e Comercial das Embaixadas do Brasil na Itália, na Indonésia e na Índia. Atualmente ocupa a posição de Assessor Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Gutemberg de Vilhena Silva

Atual Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP). Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia. Realizou dois estágios de pós-doutorado: o primeiro pela Universidade de São Paulo (USP) com bolsa Capes-Pró/Defesa, em 2015, e o seguinte pela Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3, com Bolsa CNPq/Ciência Sem Fronteiras, em 2016. Pesquisador visitante na Brock University, Canadá (2019). Experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regional, trabalhando principalmente nos seguintes temas: Geografia Política, Relações internacionais e Transfronteiriças dos países que compõem as Guianas. Criou e coordena o grupo de pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDS). Coordenador do Mestrado em Estudos de Fronteira (PPGEF) entre 2017 e 2019.

Hervé Théry

Possui graduação em História (1972) e em Geografia (1973) pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), mestrado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1973), doutorado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1976) e Habilitation à diriger des recherches (Livre docência), pela Université Paris X Nanterre (1994). Atualmente é pesquisador emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), professor da USP (Programa de pós-graduação em Geografia Humana, PPGH). Coordenador editorial da revista Confins Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia do Brasil, Geografia Política, cartografia temática, modelização gráfica.

John Agnew

Professor da Universidade da Califórnia (UCLA). Graduado em Geografia e Política pela Universidade de Exeter (1970). Mestrado (1973) e doutor (1976) pela Ohio State University. Ganhador em 2019 do Prêmio Vautrin Lud, considerado o Nobel da Geografia. Suas principais obras são *Place and Politics* (1987), *The United States in the World Economy* (1987), *Geopolitics* (1998), *Making Political Geography* (2002), *Place and Politics in Modern Italy* (2002), *Hegemony* (2005), *Berlusconi's Italy* (2008, com Michael Shin), *Globalization and Sovereignty* (2009) e várias outras obras de grande divulgação.

José Donizete Cazzolato

Com vasta experiência em Cartografia e Geoprocessamento, tem particular interesse pelas estruturas territoriais (divisão político-administrativa), toponímia e identidade geográfica. Atuou decisivamente na divisão distrital do município de São Paulo (lei 11220/92), e apresentou, na dissertação de mestrado, metodologia para divisão dos grandes municípios em bairros (instância territorial local). Nos anos seguintes, propôs um novo arranjo para a divisão macrorregional do Brasil (descaracterizada com a criação de Tocantins), e analisou a pertinência da regionalização do SUS. Em 2011 publicou “Novos Estados e a divisão territorial do Brasil - uma visão geográfica”, propondo um patamar técnico para o adequado enfrentamento das demandas emancipacionistas de nível estadual.

José Guambe

Possui Doutorado em Geografia pela Universidade Pedagógica – Moçambique (2018). É atualmente professor da Universidade Pedagógica de Maputo. Membro da equipe de coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e do comitê editorial do Boletim GeoÁfrica.

Juliana Nunes Rodrigues

É professora e pesquisadora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2) e Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro (JCNE - FAPERJ). Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Buenos Aires (UBA). Doutora em Geografia Política pela Université Jean Moulin Lyon 3, França, tendo realizado estágio em pesquisa no Instituto de

Sciences-Po, Paris. Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Pactos Político-Territoriais e Desenvolvimento (NUPACT-UFF), junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Desde 2012, é editora da Revista GEOgraphia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF.

Kevin Cox

Bacharel em Geografia pela Universidade de Cambridge (1961), mestrado (1963) e doutorado (1966) na Universidade de Illinois. Professor Emérito na Ohio State University. Geógrafo político com fortes interesses nas políticas de desenvolvimento local e regional, na cidade, na história do pensamento geográfico e na África do Sul. Estou particularmente interessado em abordar estes tópicos usando uma estrutura de compreensão marxista.

Leonardo F. Mattos

É Capitão de Mar e Guerra da Reserva da Marinha brasileira, com Mestrado em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval e Mestrado em Estudos Estratégicos pela UFF, e professor de geopolítica e coordenador do núcleo de avaliação da conjuntura da Escola de Guerra Naval. É o Editor Responsável pelo Boletim Geocorrente e Coordenador do Curso de Estratégia Marítima da FEMAR.

Luís Paulo Batista da Silva

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017), com estágio sanduíche na University of East Anglia, Reino Unido. Atualmente é professor do departamento de Geografia e do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Concluiu estágio de pós-doutorado no departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Membro das redes de pesquisa Waterlat/Gobacit, Rede de Pesquisa em Geografia (Socio)Ambiental - RP-G(S)A e Geografia das Águas no Brasil.

Marcelo Alonso Morais

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II e da Escola Alemã Corcovado. Pesquisa sobre as espacialidades das práticas religiosas, especialmente as umbandistas, a construção de espaço políticos por grupos religiosos e mediação didática inclusiva no Ensino de Geografia.

Michel Foucher

Geógrafo, geopolítico e Diplomata francês. Diretor do IHEDN (Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional) desde 2009. Fundou o Observatório europeu de Geopolítica em Lyon, onde foi diretor até 1998. Colaborou com vários números da Revista *Herodote*, dirigida por Yves Lacoste. Foi Embaixador da França na Letônia (2002-2006). Autor de diversos livros dentre os quais o livro “Obsessão por fronteiras”, publicado no Brasil pela Radical Livros em 2009.

Nora Mareï

Geógrafa, doutora pela Universidade de Nantes. Sua investigação centra-se nas relações entre a circulação de mercadorias e pessoas, infraestruturas de transportes e desenvolvimento territorial nas cidades europeias, mediterrânicas e ocidentais. Em uma abordagem geoeconômica, privilegia reflexões na escala macrorregional, cruzadas com áreas locais e metropolitanas, para apreender as dinâmicas contemporâneas de construção de territórios na globalização e também para analisar as convergências/divergências dos processos que marcam os territórios do Norte e do Sul.

Pablo Ibañez

Doutor em Geografia Humana, com foco em Geopolítica, pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisador junto à Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na avaliação das políticas industriais e de inovação. Esteve como pesquisador visitante na Universidade FUDAN, Xangai, responsável pela análise do papel da inovação tecnológica na expansão da *Belt and Road Initiative*. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde coordena o núcleo de Estado, Políticas Públicas e Instituições do Centro de Estudos Avançados.

Paulo E. A. S. Câmara

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília (1999), mestrado em Botânica pela Universidade de Brasília (2002), mestrado em Ciências pela University of Missouri-Saint Louis (2005) e doutorado em “Plant Systematics and Evolution” pela University of Missouri-Saint Louis e Missouri Botanical Garden (2008). É ainda egresso da turma de 2017 da Escola Superior de Guerra. Atualmente é Professor Associado no departamento de Botânica da Universidade de Brasília. Coordena atualmente projeto de pesquisa no âmbito do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR. É membro do grupo de especialistas em Briofitas da IUCN e do comitê internacional de nomenclatura de Briofitas da IAPT. É ainda professor colaborador da Escola Superior de Defesa em Brasília.

Rafael Winter Ribeiro

É professor de Geografia Política do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena com Iná Elias de Castro o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL). Atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ (PPGG/UFRJ) e ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É editor da Revista Espaço Aberto e pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

Rejane Rodrigues

É professora na graduação e na pós-graduação do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Cidadania e Política no Ensino de Geografia, NECPEG, e editora da revista eletrônica Educação Geográfica em Foco. É Mestre e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi professora no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAP/UERJ, entre 1995 e 2022.

Ricardo Nogueira

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas; possui mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002).

Realizou estágio de Pós-doutoramento na Universidade de Brasília - UNB (2023) Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas, - Revista da Pós Graduação em Geografia da FURG; Boletim Gaúcho de Geografia; e Revista Uáquiri (UFAC) . Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regionalização, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, fronteira, redes geograficas, Amazônia e meio ambiente.

Stéphane Granger

Doutor em geografia pela Universidade de Paris 3-Sorbonne Nouvelle, com uma tese sobre as relações entre a Guiana francesa e o Brasil (2012). Mestre em planejamento urbano pela Universidade de Paris 10-Nanterre (1986). Professor de História e Geografia na Seção internacional brasileira do Liceu Melkior-Garré de Caiena e no Instituto de Formação dos Professores da universidade da Guiana Francesa (INSPE). Membro da comissão científica do OHM-Oyapock (CNRS, França), assume colaborações periódicas com o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da UNIFAP (Macapá).

Thiago Oliveira Neto

Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas UFAM, foi bolsista em projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC, desenvolvendo atividades na área de Geografia Política/Geopolítica rodoviária na Amazônia. Realizou no ano de 2014 mobilidade estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina e no ano de 2017 cursou o segundo semestre da pós-graduação na USP. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, membro do Laboratório de Geografia Política GEOPO. Áreas de interesse: Geografia Humana; Geografia Humana da Amazônia; Geografia Política; Geografia regional; geografia, transportes e circulação; geopolítica.

Yann Richard

Professor de Geografia da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Diretor da l'UFR de Geografia e do l'Institut de Géographie. Diretor-adjunto de l'UMR CNRS e membro do comitê editorial do periódico L'Espace Politique. Coordenador do grupo de trabalho "Integrações regionais no mundo" do laboratório Dynamite. Tem como temas de pesquisa a União Europeia, regionalização e integração regional, geopolítica e regionalização do mundo.

Wanderley Messias da Costa

Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Possui Graduação em Geografia (1976), Mestrado em Geografia Humana (1982) e Doutorado em Geografia Humana (1991) pela Universidade de São Paulo. É Livre-Docente em Geografia Política junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É especialista em Geografia Política, Relações Internacionais, Meio Ambiente e Amazônia. Atualmente é Vice-Presidente da ABED - Associação Brasileira de Estudos de Defesa.